

Governo reage ao risco de inflação

O Banco Central reafirmou de modo enfático seu compromisso quanto às metas de inflação. Ao intervir no mercado de câmbio, na quarta-feira, deixou clara a disposição de conter as pressões causadas pela alta do dólar. Esta tem sido apontada como importante fonte de aumento de custos. Pode haver exagero quanto à magnitude desses aumentos, mas, quando há espaço para especulação, a precisão dos números tem pouca relevância. A excitação especulativa foi alimentada pelos indicadores de preços, pela situação cambial e pela aparente impotência do BC diante das ameaças. A ação do BC, além de conter a alta da moeda norte-americana, indicou ao mercado a disposição de intervir quando for necessário.

A mudança de expectativa é fundamental, neste momento, também por estar começando uma série de reajustes salariais, alguns mais que suficientes para compensar a inflação dos últimos 12 meses. Salários mais altos devem resultar em demanda mais alta, condição necessária ao repasse de aumento de custos. Demanda mais alta, no entanto, pode ser compensada por maior oferta, sem aumento de preço, por-

que há muita capacidade ociosa. Produção maior seria uma forma de reduzir custos fixos e compensar, em parte, o encarecimento de alguns insumos. Não há por que imaginar uma escalada inflacionária, se as principais fontes de aumentos de preços forem neutralizadas.

Câmbio, governo e atraso das chuvas têm sido as causas principais de aumentos de preços. Até recentemente, preços controlados pelo setor público vinham sendo os principais fatores de alta do custo de vida. Neste semestre, alguns preços de alimentos também voltaram a subir, depois de longo tempo deprimidos. Com a falta de chuvas, prolongou-se a entressafra da carne bovina. Além disso, a estiagem demorada, em algumas áreas, tem criado o risco de atraso no plantio de grãos. Tudo isso alimenta a especulação.

O câmbio tem sido influenciado por mais de um fator. Um deles tem sido o acúmulo, em alguns meses, de pagamentos ao exterior. Alguns tropeços do governo – como no caso



O ESTADO DE S.PAULO

da contribuição previdenciária dos inativos – têm servido de pretexto para agitação no mercado. O risco do bug do ano 2000, segundo se supõe, tende a afastar aplicadores dos mercados emergentes até o começo do ano. Além de tudo, se o País tivesse conseguido pelo menos um pequeno superávit comercial, as expectativas seriam melhores. Mas a receita de exportações vem decepcionando, apesar do câmbio desvalorizado.

A insegurança quanto ao cenário externo também contribui para a cautela dos aplicadores. O excelente desempenho da economia dos Estados Unidos, no terceiro trimestre, trouxe algum otimismo. O Produto Interno Bruto cresceu em ritmo equivalente a 4,8% ao ano, mas o custo da mão-de-obra só aumentou 0,8%, abaixo do ritmo esperado – ou temido – pelos especialistas do mercado financeiro. Mas podem surgir a qualquer momento novas informações sobre preços em alta. Os temores, nesse caso, voltarão a crescer.

Diante de todos esses problemas, o Banco Central do Brasil parecia amarrado. O nível de reservas chegou perto do piso acordado com o Fundo Monetário Internacional. Sem aumento de reservas, a autoridade teria de assistir a novas altas do dólar sem poder intervir. Mas o BC renegociou o piso com o FMI e assim terá munição para atuar no mercado. Num prazo pouco maior, a pers-

Ao conter a alta do dólar, o BC ajuda a reduzir a tensão inflacionária

pectiva de oferta agrícola deve-rá melhorar, ex-
ceto se houver, nos próximos meses, uma se-
ra escassez de chuvas. A inten-
ção de plantio aponta uma sa-

fra maior. No mercado financeiro, especialis-
tas têm manifestado a expectativa de um re-
cuo do dólar, especialmente no primeiro tri-
mestre. As expectativas dependem muito,
no entanto, da política de reformas. Esse é
mais um motivo para o governo e o Congres-
so se empenharem nas mudanças.